



Mortos no poder: poderiam sujeitos não humanos nos representar?

Tiago Fernando Afonso¹
Matheus Pierre Pavan²

Resumo: Este artigo analisa uma cena da peça *Necropolítica*, de Marcos Barbosa (2018). A encenação subverte a ideia do poder de matar pelo debate público ao conceder cidadania a sujeitos não humanos, especificamente, mortos que podem viver devido a alterações tecnológicas. Para tanto, serão utilizados os conceitos de representação e competência política, ativismo e movimentos sociais. O texto está dividido em quatro partes: introdução; aspectos básicos da tríade teatral e da criação e consolidação da democracia; apresentação do autor, do objeto dramaturgico e contextualização do enredo e das personagens. Por fim, realiza-se a análise e interpretação do texto teatral, associando-o à discussão teórica sobre atores, Estado e sociedade civil.

Palavras-Chave: Necropolítica. Movimentos sociais. Ativismo. Dramaturgia. Democracia.

Dead in power: could non-human subjects represent us?

Abstract: This article analyzes a scene from the play *Necropolítica*, by Marcos Barbosa (2018). The staging subverts the idea of the power to kill through public debate in granting citizenship to non-humans subjects, specifically, dead people who can live due to technological changes. For this, the concepts of representation and political competence, activism and social movements will be used. The article is divided into four parts: introduction; basic aspects of the theatrical triad and the creation and consolidation of types of democracy; presentation of the author, the dramaturgical object and contextualization of the plot and characters. Finally, there is an analysis and interpretation of the theatrical text, associating it with the theoretical discussion on actors, the State and civil society.

Keywords: Necropolitic. Social movement. Activism. Dramaturgy. Democracy.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. Email: tiago_fa@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-7977-1144>.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil. Email: maathpavan@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-2754-3916>.



1. Introdução

Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (p. 39).

Donna Haraway, em Manifesto Ciborgue

A maioria dos trabalhos sociológicos tem por objetivo analisar fenômenos sociais utilizando o passado como base de dados, principalmente por meio dos eventos históricos, pois esses acontecimentos formaram a estrutura social à qual as pessoas estão submetidas. Dessa forma, certamente contribuem para apreender aspectos do nosso cotidiano. Assim, cientistas sociais estão sempre dispostos a analisá-los ou denunciá-los. Alguns seguem o trilhar histórico de seus iguais, enquanto outros caem no esquecimento. Diante disso, o presente é o tempo em que se reflete sobre o passado e se sugere um porvir – um futuro – mais digno do que o que se vive hoje.

A questão é que, epistemologicamente, pesquisadores e teóricos estão, constantemente, submetidos à análise de dados de forma linear e sincrônica. Nesse sentido, os dados se tornam apenas um contínuo de acontecimentos sem a pretensão de mudança, mas apenas de observação. Sendo assim, quão interessados estão os cientistas sociais nos fenômenos de matar e morrer e como interpretam essa dualidade? Inseridos em um contexto de colonialidade, como formular outras perspectivas de futuro em um mundo com agendas de pesquisa, muitas vezes, hostis a novas práticas epistêmicas?

Quando se observa a morte de forma linear, este evento passou de uma função ritual para se tornar banalidade no contexto contemporâneo, sobretudo, em meio à atual crise econômica e a ascensão da pandemia de covid-19. Ainda, acompanhamos o sucateamento dos serviços públicos como educação e saúde a partir do contínuo corte de gastos provocado pelos governos neoliberais instalados no Brasil, desde meados de 2016. O colapso da economia não justifica o descaso com a saúde pública, mas revela as problemáticas entre as relações políticas e os direitos sociais.

Com a situação de isolamento e distanciamento social, bem como o aumento do número de mortes, a maneira como as pessoas se relacionam nesse contexto mudou, inclusive na situação de vida e morte. Devido ao alto risco de contágio da doença, muitos mortos não puderam receber um ritual fúnebre tal como era de costume, o velório, com o corpo presente. Covas são abertas lado a lado, aos montes, para acomodar os restos mortais. Aos familiares, nenhuma solidariedade além do luto recluso, isolado. Então, a morte passou a fazer parte do nosso cotidiano ou nos foi imposto suportar notícias de milhares de mortes a cada dia que passa? Além disso, o que mais está acontecendo com a



morte? O quão contraditório pode ser, ao mesmo tempo em que milhares de pessoas morrem por dia, empresas de biotecnologia e nano robótica buscam inovações para o aumento da qualidade e do tempo de vida ou do além-vida?

Desde a pré-história brasileira, sempre houve preocupação com o destino dos mortos. Segundo Gabriela Martin (1993), os grupos indígenas realizavam rituais fúnebres há mais de oito mil anos. Na civilização egípcia, esses rituais eram considerados muito importantes e os mortos venerados, inclusive até hoje³. Dessa forma, são narrativas que explicam o mundo, os costumes, instituições e os tabus estabelecidos, ajustando-se ao pensamento das sociedades. Sendo assim, as crenças e mitos que envolvem a morte apontam aspectos gerais da condição humana, geralmente ambientados em tempo indefinido e atemporal, “todos nós vamos morrer”. Mas, e se os mortos pudessem viver ou, pelo menos, existir?

O pensamento crítico em relação ao projeto civilizatório moderno e sua tentativa de colonizar o futuro, de modo linear e progressivo, geralmente é orientado pelas crenças sobre o progresso. Ideologicamente, esse discurso influencia a ideia de um futuro melhor, mas não necessariamente isso se faz presente, pois através deste invisibilizam-se e se reproduzem as relações de conflito do passado, o que provoca um profundo sentimento de solidão. Portanto, a modernidade e seu projeto civilizatório associam-se a uma falsa noção de dimensão temporal privilegiada, pois a colonização não se dá apenas no espaço, mas também no tempo, sobretudo no ideal de futuro, que não se realiza como o esperado, o que traz frustração. Então, em que medida o passado não faz também parte do presente, ou, ainda, não continuará se reproduzindo no futuro?

O progresso é uma crença, um mito de continuar com as mudanças de forma linear, progressiva e possivelmente medida. Não obstante, a sociedade ocidental faz um esforço para separar epistemologicamente o espaço do tempo e, assim, o espaço torna-se, então, território e direito à propriedade – privada – e o tempo uma fonte sem limites para esse progresso, além de pano de fundo pelo qual ele ocorre. Contudo, o progresso seria o fruto da exploração de outras sociedades que foram submetidas a esse tipo de pensamento que se tornou hegemônico. Assim, presume-se que o eurocentrismo, como foi estruturado socialmente, não seria possível sem o colonialismo, não haveria modernidade como a entendemos e, talvez, nem a noção de futuro. Afinal, em que medida a sociedade ocidental foi construída através do silenciamento de tantas outras formas de conhecimento e também dos recursos explorados de várias nações que sustentaram essa noção de progresso?

O intelectual camaronês Achille Mbembe (2016), no ensaio *Necropolítica*, trata da condição do poder sociopolítico que dita quem pode viver e quem deve morrer. Para o autor, a morte patrocinada pelo Estado é mais do que o poder

³ No dia 03/04/2021, aconteceu no Egito uma parada pública pelas ruas do Cairo para transportar múmias de reis e rainhas, descobertos em 1871.



de matar, mas também o esforço político de expor as pessoas à morte. Como exemplo, podemos citar o genocídio da população negra no Brasil, o feminicídio, além de constatar que o Brasil é o país que mais mata pessoas da comunidade LGBTQIA+. Ainda, existe uma constante cruzada contra os povos originários, seja para fazê-los desaparecer ou para integrá-los à sociedade ocidental. Com o advento da pandemia, nota-se a discrepância entre as classes sociais, sendo poucos os grupos com direito a isolamento social adequado, podendo fazer Home Office e pedir delivery, enquanto a maior parte da população, acoplada a grupos marginalizados e subalternizados⁴, principalmente da classe trabalhadora, é obrigada a se aventurar por transportes públicos lotados e trabalhar sem equipamentos de proteção individual (EPI) adequados, como máscaras e álcool em gel.

Essas formas de violência simbólica e política também ocorrem, no entendimento de Mbembe (2016), na noção de que todos são "livres e iguais", inclusive para promover essas práticas. Contudo, vive-se o período de maior taxa de desemprego nos últimos 20 anos, o aumento escandaloso das relações clientelistas, personalistas e paternalistas, assim como de corrupção nas esferas institucionais da política. Dessa forma, essa subjugação dos sujeitos e de suas realidades, além retirar a liberdade e a autonomia das pessoas, evidencia não só a morte real e física, mas também a morte social e política dos cidadãos, pois enquanto grupos privilegiados economicamente podem se tranquilizar no conforto de seus lares, outros são deixados na situação de exposição ao risco iminente de contaminação, afinal, precisam ir atrás do pão de cada dia.

O projeto da necropolítica, em plena consonância com a herança cultural da colonialidade que persiste em nosso espaço-tempo, converge com o imaginário social criado pela indústria cultural. Tudo isso, junto e separado do contexto globalizado em que se insinua estarmos inseridos, ilustrado nas produções distópicas e ficções científicas, tenta explicar a complexidade social do mundo e dos humanos que nele habitam, tendo em vista sempre um futuro em que as classes estão ostensivamente divididas. Nesse contexto, observamos uma constância na representação de uma classe privilegiada que consegue sobreviver, enquanto outras não possuem nada além dos destroços, traumas e pouca - ou quase nenhuma - memória de sua própria história.

Nesse emaranhado, a arte, da mesma forma que pode criar essas representações, pode também as subverter e formular versões paralelas da realidade social. Essas produções têm o potencial de ser utilizadas como dados para analisar fenômenos, sejam eles culturais, políticos ou históricos.

⁴ A falta de atenção para com a população originária e o rápido avanço de enfermidades levou a: "Entre 1559 e 1562, uma epidemia de varíola que varreu a costa brasileira. Na Bahia, matou mais de 70% de todos os índios aldeados nas fazendas jesuítas. No Espírito Santo, seiscentos indígenas pereceram em um período tão curto que foi necessário enterrar dois corpos por cova. Um número provavelmente maior foi dizimado entre os índios livres". (GOMES, 2019, online). Este trecho demonstra como, desde o regime colonial, uma política de morte, crises sanitárias e funerárias já dilaceravam o território e, sobretudo, as populações subalternizadas pelo colonialismo.



Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar uma cena de Necropolítica, peça teatral de Marcos Barbosa, escrita em 2018⁵. Apesar de nomeada com o mesmo título do ensaio de Mbembe (2016), subverte a ideia do poder de matar do Estado por meio da questão: podem os mortos ter cidadania?

O texto, na íntegra, é composto de sete narrativas autônomas. Duas delas, não sequenciais (a primeira e a penúltima), correspondem a um talk show envolvendo as seguintes personagens: Ativista, Professora, Deputado e Host. No programa de auditório, utilizando-se de rodeios semânticos para evitar a palavra “morto” e “perenizado” para representar os sujeitos que continuam “vivos”, mas são inanimados, as personagens se manifestam e mobilizam argumentos a favor ou em contrário ao uso da expressão “necropolítico”, a fim de garantir cidadania a esses sujeitos emergentes⁶. Na peça, os mortos continuam “vivendo” a partir de mudanças tecnológicas. Sendo assim, é possível analisar a peça de acordo com conceitos socioantropológicos e políticos e, assim, contribuir com a análise dramatúrgica no contexto da produção do conhecimento em Ciências Sociais.

Para isso, serão utilizados os conceitos de representação e competência política, ativismo e movimentos sociais. O texto está dividido em quatro partes: introdução; aspectos básicos da tríade teatral e da criação e consolidação da democracia; apresentação do autor, do objeto dramatúrgico e contextualização do enredo e das personagens. Por fim, realizam-se a análise e a interpretação do texto teatral, associando-as à discussão teórica sobre atores, Estado e sociedade civil. Contudo, todas as suposições realizadas se dão em uma sociedade que (ainda) não existe, uma sociedade de necropolíticos, ou seja, de sujeitos não humanos que venham a possuir cidadania e, ironicamente, direitos humanos, o que resume a cena.

2. Democracia: do teatro a céu aberto ao teatro das grandes instituições

O teatro pode ser considerado uma prática pré-histórica e ritualística iniciada por xamãs que faziam contatos diversos com os elementos da natureza. Em sua forma clássica, seu surgimento se localiza na Grécia e é anterior à democracia, datando do século seis antes da era cronológica (EAC) atual. Ao se tornarem independentes da religião, os ditirambos⁷ migraram para os

⁵ A *IV Mostra de dramaturgia em pequenos formatos do CCSP* - Centro Cultural São Paulo de 2018 tinha por objetivo estreitar “pontes entre estética e política em um momento em que esta relação ganha recorrência no Brasil” (BARBOSA, 2018).

⁶ Utilizamos a noção de “sujeitos emergentes” para designar essas novas identidades em construção, especificamente, dos necropolíticos.

⁷ De acordo com Robson Camargo (2010), Aristóteles, em *A Poética*, descreve que a tragédia surgiu de improvisações durante os ditirambos. Cantava-se um hino que também era dançado em honra a Dioniso. Foi transformado em uma “composição literária” por Arion (625-585 AEC), o primeiro a registrar por escrito.



grandes teatros de arena no formato de festivais de tragédias. O público, que podia chegar a 20 mil pessoas, passou a observar com atenção e contemplação, entusiastas de uma experiência intensa, envolvente e mediada.

Segundo o professor de artes cênicas Robson Camargo (2010), o teatro é mais que um espaço público onde se assiste, é uma zona de vivências de ambiguidades e paradoxos. Camargo define em sua tese de doutorado que o melodrama pode ser considerado o estilo teatral “mais cênico”, uma vez que se enraíza nos modelos de encenação e produção de arte do ator. Assim, inscreve o melodrama na estética contemporânea, pois:

o lugar físico do espectador, ‘lugar onde se vai para ver’ e onde, simultaneamente, acontece o drama como seu complemento visto, real e imaginário. Assim, o representado no palco é imaginado de outras formas pela plateia. Toda reflexão que tenha o drama como objeto precisa se apoiar numa tríade teatral: quem vê, o que se vê, e o imaginado. O teatro é um fenômeno que existe nos espaços do presente e do imaginário, nos tempos individuais e coletivos que se formam neste espaço (BARBOSA, 2005, n.p.).

Nesse sentido, texto dramático, espaço e público compõem a tríade básica do teatro dramático, abrindo caminho para que o inesperado, a surpresa e o choque sejam produzidos no espectador, compondo elementos do discurso e da vivência melodramática, no palco e na plateia. Em suma, mais do que assistir a um espetáculo, ele é experienciado pelo espectador, o que produz sensações que envolvem a imaginação pessoal e as subjetividades dos sujeitos.

A evolução das artes cênicas e performáticas, até o século XXI, certamente passou por diversas transformações, como também foi objeto de discussão, seja por críticos da arte ou teóricos da sociedade. Contudo, não podemos negar que o teatro como arte mimética da representação tem o poder de comover e de convencer os mais diversos públicos de um argumento. Não obstante, isso também acontece nas disputas políticas por representação, bem como nas reivindicações de agendas, direitos civis ou políticos, e mesmo por cargos de autoridade. Sugere-se, então, que o efeito produzido na audiência pelas encenações políticas começou a se organizar em torno da regulação dos poderes. Assim, a plateia, os pensadores e os grupos de interesse organizaram o surgimento da política representativa, das representações e, conseqüentemente, da democracia.

Surgido na antiguidade clássica, especificamente na civilização Grega, desenvolveu-se e experimentou-se, pela primeira vez, o conceito de Democracia, sobretudo na cidade de Atenas, a partir do século cinco antes da era cronológica (AEC). Nesse contexto, cidadãos – homens, proprietários e nascidos na pólis – entendiam esse regime político como o governo de muitos, em oposição ao governo de um (monarquia) e de poucos (aristocracia), compondo, assim, a assembleia de cidadãos que acontecia em praças públicas, as famosas “ágoras”. Segundo Vera Alice Cardoso,



a regra para a deliberação final estabelecia que as votações só ocorressem depois de ouvidos todos os cidadãos inscritos para opinar sobre o tema em debate. Se, concluídos os debates, não se chegasse à unanimidade, valia a regra da maioria (CARDOSO, 2018, p. 53).

Para a autora, desde então, a democracia tem servido para denotar diferentes formas de organização política e de relações sociais (CARDOSO, 2018, p. 49) e, principalmente, para criar e fixar critérios de identificação para os representantes das sociedades e para quem tiver o direito de participar dos processos deliberativos e, por conseguinte, do governo (CARDOSO, 2018, p. 55). Ela destaca que, apenas no século XVII, no contexto de lutas por igualdade política das revoluções burguesas em conjunturas republicanas, em um longínquo diálogo com a democracia, é que se começa a discutir um regime político que poderia produzir estabilidade social e reduzir as tensões entre ricos e pobres (CARDOSO, 2018, p. 58).

Essa forma de regime político se consolidou histórica e socialmente com a inclusão do ordenamento jurídico, sobretudo associado à implantação do constitucionalismo. Para Vera, esse modelo se pauta na:

ideia de que o âmbito de atuação do governante deve ser formalmente definido por meio de um pacto de associação política, que vincula governados e governantes por meio de leis que todos acatam e respeitam” (CARDOSO, 2018, p. 58).

Por sua vez, esse pacto está situado dentro de um Estado liberal. Porém, ainda que a democracia liberal tenha se transformado gradualmente durante o tempo e nos distintos países, culminando no conceito de bem-estar ou de Estado social,

denota a aceitação política da ideia de que cabe ao governo constituído promover a igualdade social por meio da efetivação de políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso a bens sociais básicos, como é o caso da educação, da saúde, do trabalho, da moradia e, em geral, da proteção de vulnerabilidade individual ou familiar. A igualdade preconizada se traduz na ideia de *igualdade de oportunidades* para todas as pessoas no plano social e econômico (CARDOSO, 2018, p. 64, grifos da autora).

Contudo, como observam Adam Przeworski *et. al* (1997), a democracia está diretamente associada aos processos de desenvolvimento e crescimento econômico, ainda que estes não sejam os únicos que importam para a durabilidade do regime (PRZEWORSKI *et. al*, 1997, p. 120). Os autores mostram que a sobrevivência ou a morte das democracias depende das relações das seguintes variáveis: “riqueza, crescimento com inflação moderada, desigualdade crescente, clima internacional favorável e instituições parlamentaristas” (PRZEWORSKI *et. al*, 1997, p. 113). Nesse sentido, para ingressar ou encerrar



um regime democrático em um país, é preciso considerar que o destino das democracias é incerto e está sempre sujeito a surpresas e imprevistos. Mas, tendo em vista uma sociedade em que os mortos controlassem as instituições, o crescimento social e a ordem política, o que poderíamos esperar de um país sendo presidido por um sujeito não humano com poder de decisão?

3. Apresentação do autor, do enredo e das personagens

Marcos Barbosa de Albuquerque, natural de Fortaleza (1977), formou-se em dramaturgia pelo Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria Audiovisual do Ceará, em 2000⁸. Foi professor de Dramaturgia e Teoria do Teatro da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia. No Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas, em seu mestrado, elaborou uma peça dissertação chamada *Curral Grande*, que aborda o isolamento de flagelados em campos de concentração, no Ceará, durante a seca de 1932. Ainda pelo PPGAC-UFBA, concluiu seu doutorado em 2008, com um estudo acerca do verso dramático de William Shakespeare, que incluiu uma tradução original, em verso, de *Ricardo III*. O destino como incerteza e o acaso como surpresa são recursos que aparecem em sua peça *Necropolítica* (2018).

O texto e sua encenação compõem a IV Mostra de dramaturgia em pequenos formatos do CCSP - Centro Cultural São Paulo, edição 2018. Nesse contexto, a curadoria do evento⁹ visava estreitar “pontes entre estética e política em um momento em que esta relação ganha recorrência no Brasil [...] *perfazendo* um amplo painel da sociabilidade e das subjetividades emergentes no Brasil” (CCSP, 2018, p. 5-7, grifo do autor). Assim, a peça se passa em um Brasil futurista e sofisticado¹⁰, um lugar onde a tecnologia tornou confusas as fronteiras entre a vida e a morte. Nesse contexto, a reivindicação de direitos, sobretudo de cidadania para as pessoas mortas, é a pauta do momento, uma vez que já se constituem desigualdades históricas anteriores ao tempo em que acontece a peça.

Em entrevista concedida ao site de crítica teatral *Teatrojornal - Leituras de Cena*, a criação de *Necropolítica* foi pensada a partir do ativismo e dos discursos de representatividade atuais: “O público há de reconhecer todas as figuras das redes sociais, de engajamentos e contra engajamentos, dos pró-cotas e dos anticotas, das batalhas pelos pontos de vista, pelos direitos” (BARBOSA

⁸ Ganhou os prêmios de dramaturgia: Oficina do Autor (1997); Lourdes Ramalho (2000); Carlos Carvalho (Porto Alegre, 2005); Braskem de Teatro (Salvador, 2004); Paulo Pontes (João Pessoa, 2001) em 2002, fez residência internacional do *Royal Court Theatre*, de Londres, como bolsista do *British Council* de São Paulo, onde teve encenados dois de seus textos, além de encenações em vários países..

⁹ A comissão da Mostra foi composta pela jornalista e pesquisadora Beth Néspoli, pelo diretor, dramaturgo e pesquisador José Fernando de Azevedo e pela atriz, dramaturga e pesquisadora Lucienne Guedes, sob coordenação do curador, jornalista, crítico e pesquisador Kil Abreu.

¹⁰ O sofismo é uma tradição grega antiga que consiste, principalmente, em vencer uma discussão através da retórica. Analogamente, essa é uma estratégia política comum.



apud SANTOS, 2017, online). Em trechos de entrevista concedida em outubro de 2017, Barbosa, comenta que é possível vislumbrar uma sociedade na qual os mortos estão reclamando dos que se acreditam vivos, assim como para o momento brasileiro: “É importante demolir certezas, gerar dissonâncias” (BARBOSA *apud* SANTOS, 2017, online). O autor reitera que pode ser também uma crítica em sentido metafórico às “micropolíticas” afirmativas do Brasil contemporâneo. Em certa medida, a encenação produz esses efeitos no interlocutor por trazer para nosso universo um tema assim tão controverso, a morte, e um certo tipo de vida após a morte, mas, principalmente, o protesto por direitos nessas circunstâncias.

Segundo Stuart Hall (2010), as representações sociais construídas com base na alteridade, cotidianamente compartilhadas, passam a estruturar pensamentos por meio de diversas linguagens. Contudo, são portadoras de marcas que denunciam as tensões por poder e saber, bem como desigualdades e disputas em torno de um regime de representação em determinados contextos. Não obstante, o problema desenvolvido na peça é o de que esse “outro”, que não é comprovadamente vivo nem definitivamente morto, deve ser integrado com todos os direitos civis ao mundo dos vivos. Sendo assim, quais são as linguagens utilizadas pelas personagens para pensar esses sujeitos emergentes? O que o discurso das personagens revela sobre as tensões por poder e saber?

Politicamente, o problema da linguagem está diretamente associado aos tipos de representação política. O discurso que envolve as representações sociais mobiliza diferentes opiniões, bem como sentimentos partidários entre os eleitores, sejam de convergência ou de conflito. Assim, o discurso hegemônico influencia as ações políticas, independente do formato da organização ou da agregação coletiva, como será referenciado no exemplo dos “perenizados” em vias de se tornarem “necropolíticos”. Uma das questões da modernidade foi aprender como pensar o outro e mesmo a relação de alteridade. Mas, afinal, a quem interessa que estes sujeitos não humanos tenham direitos políticos e direitos humanos? Como pensamos e representamos esse outro?

Enfim, é por meio da linguagem que se faz política, e isso certamente envolve as representações sociais e as disputas de poder e saber. Na peça, essas disputas estão associadas à representação desses sujeitos emergentes, os “necropolíticos”, pelas discussões enfrentadas pelos personagens no debate no programa de auditório. Não obstante, os temas debatidos perpassam a questão da democracia no Brasil. Dessa forma, é possível identificar na peça algumas características que suscitam as discussões em torno do presidencialismo e da formação de partidos, da pluralização da representação na sociedade e suas interações, bem como dos novos movimentos sociais que atuam na formação de grupos de pressão.

A primeira cena, objeto da análise, é a parte final de um painel de debate de um *talk show* para a construção da categoria inclusiva “necropolítico”.



Composto por quatro personagens, sendo estes:

A **Ativista**, que defenderá uma agenda em prol dos direitos para os necropolíticos. A personagem afirma “não estar nessa luta só para inventar um nome, um modelo novo para a carteira de identidade” (BARBOSA, 2018, p. 18), mas para garantir cidadania a esses sujeitos. Em um universo ético, envolto por escolhas civilizacionais, a discussão traz à tona uma inversão do ideal de “politicamente” para o “juridicamente” correto. Nesse sentido, se Estado e sociedade civil estão sendo categorizados como contrapostos, a ação da personagem Ativista reforça a necessidade de emergência de novas formas de interação que desafiam a demarcação das fronteiras entre esses agentes e atores. Não obstante, as assimetrias internas (da cena e da realidade) trazem um desafio extra: produzir novas relações sociais entre humanos e não humanos, especificamente na relação entre vivos e mortos.

O **Deputado**, que fará oposição aos argumentos da personagem anterior. Seu discurso segue o estereótipo do modelo que a sociedade contemporânea está acostumada a entender, um sujeito que defende determinados valores morais, aproximando-se do conservadorismo. No decorrer da cena, ele busca relativizar as demandas sociais em prol da legitimidade do “status quo”¹¹. Inclusive, utiliza categorias biológicas para justificar a não humanidade dos sujeitos emergentes. Para este personagem, a condição dos “necropolíticos” não passa de um truque cibernético, “um passatempo de milionário” (BARBOSA, 2018, p. 22) assim, o Deputado não reconhece a legitimidade desse debate, sobretudo por não admitir que os mortos sejam considerados sujeitos de direitos. Ainda, ressalta que o governo já gasta muito com assistência à necropolítica. Ele representa, sobretudo, o papel da burocracia e do burocrata, no que se refere aos impactos da ocupação de cargos de alto escalão por membros da sociedade, e questiona a possibilidade dos necropolíticos atuarem nesses cargos.

A **Professora**, que está atenta à chamada inicial do Host de que “a questão não se resume apenas a uma nomenclatura” (BARBOSA, 2018, p. 17), ficou encarregada de dar uma explicação semântica para a mudança de paradigma político que ocorre com o surgimento dos necropolíticos. Para tanto, volta-se romântica em sua defesa da linguagem. Pois, a linguagem é composta de proposições assertivas ou contestatórias que compõem o mundo e a sua factualidade. Dessa forma, a imagem metanarrativa apresentada possibilita por meio da linguagem: dar significados, categorizar, dar identidade aos sujeitos e às suas sociabilidades. Sendo assim, a Professora chama a atenção para a construção de discursos não do sujeito, mas de campos especializados, como os médicos, juristas, etc. que atravessam esses sujeitos “perenizados” ou “estabilizados”, como não encaixados em uma modalidade própria de cidadania. Ainda, coloca em pauta, em seus argumentos, a relação entre

¹¹ O *status quo* está relacionado a ordem dos fatos, das situações e das coisas, sobretudo, a ordem política vigente.



ativismo e democracia. Em suma, o discurso dessa personagem trata da importância de diferenciar as formas de organização, seja de partidos, grupos de interesse ou de ação política.

De forma geral, o programa tem características que remetem às referências contemporâneas de programas de auditório, na busca de audiência com quadros sensacionalistas que reforçam estereótipos, preconceitos e defendem valores neoliberais e contraditórios - o famoso quem "dá mais". Nota-se isso pelo comportamento da suposta "plateia" que acompanha "ao vivo", opinando ao som de aplausos, gritos, vaias e risos. Dessa forma, é preciso identificar a plateia como quem vê, o debate público como o que se vê, e o imaginado a disputa pela garantia ou não de direitos para os necropolíticos. Nesse sentido, devido a essa singularidade, por se tratar de uma representação idêntica à qual estamos acostumados, de apresentadores de programas de auditório, o texto conserva a estética e a funcionalidade do personagem **Host**, o Mediador, independente da temporalidade do debate.

4. Análise e interpretação de texto teatral e discussão teórica

No trecho a seguir (BARBOSA, 2018, p. 20), o Deputado alega que a presidência da República no Brasil foi assumida por pessoas de diversas identidades e habilidades distintas. Entretanto, ele mascara e até nega a ideia de que esses sujeitos não humanos, que não possuem cidadania, possam assumir a presidência em algum momento.

[...]

DEPUTADO. Nós tivemos mulheres na presidência, negros na presidência, pessoas com questões de cognição e o mais, tudo bem, não se trata disso e eu não vou deixar a senhora me associar a nenhum discurso de ódio.

PROFESSORA. Eu não tive a intenção.

DEPUTADO. Eu vou direto ao ponto: a questão é que estas pessoas, todas elas, desde Vilma... Vilma Rousseff.

ATIVISTA. Dilma Rousseff.

DEPUTADO. De Dilma Rousseff em frente, obrigado. Essas pessoas eram pessoas vivas. Nenhum médico tinha examinado essas pessoas e registrado óbito, percebe? Eram vivas.

ATIVISTA. Mas o que é uma pessoa viva para o senhor?

DEPUTADO. A senhora não sabe o que é uma pessoa viva?

ATIVISTA. Nem eu sei nem ninguém sabe.

DEPUTADO. Isso é uma questão biológica. (Interpela) Professora? (Outra vez à Ativista). Isso é científico, se eu tiver que definir, aqui, o que é uma pessoa viva, é porque esse debate não faz sentido algum.

[...] (BARBOSA, 2018, p. 20).

O sistema presidencialista no Brasil existe desde a primeira Constituição (1891), junto do republicanismo. Historicamente, podemos citar os exemplos: a Primeira República (1889-1930), o Estado Novo (1937-1945), a Quarta República (1945-1964) e a Ditadura Militar (1964-1985). Durante esses



períodos, as funções de chefe de Estado e de Governo continuaram sendo executadas por um presidente, como representante do Estado Nacional, mesmo nos regimes autoritários. Com a redemocratização em 1988, manteve-se o regime e, em 1993 via plebiscito, a maioria dos votantes optou por manter esse modelo. “A despeito do fortalecimento do papel institucional do presidente, promovido pela Constituição de 1988, não se mostra razoável a tentativa de implementar projetos políticos sem o apoio dos partidos” (ALVES; PAIVA, 2017, p. 51).

Contudo, conforme observam os autores, o cenário político do presidencialismo no Brasil convive com práticas clientelistas, que conservam a característica dos governos autoritários, mas com o discurso republicano, como o da ordem e do progresso. Não obstante, essas relações se mostram patriarcais e patrimonialistas, bem como evidenciam historicamente os problemas estritamente ligados à estrutura socioeconômica exclusiva, mas com discurso liberal, responsabilizando-se “pela produção e crescente tensão das demandas e expectativas depositadas pelos grupos nas instituições políticas” (ALVES; PAIVA, 2017, p. 52). Porém, a exclusão é legitimada através da agenda burocrática.

Dado o crescimento das agendas de reivindicações e desejos sociais associado à imposição de empoderamento e de lugar de fala para grupos historicamente excluídos e descontentes com a sua invisibilização, “tornou necessário o desenvolvimento de mecanismos institucionais capazes de solucionar os conflitos latentes de maneira democrática e legítima” (ABRANCHES, 1988 *apud* ALVES e PAIVA, 2017, p. 52). Esse panorama da história republicana do país mostra como o Estado brasileiro não acompanhou de forma dinâmica e atenciosa as transformações sociais e econômicas. Inclusive, aponta a incapacidade política de se construir uma ponte para o futuro ao lado das oposições em cena. Isso demonstra a necessidade de “repensar o design das instituições políticas nacionais com urgência” (ALVES; PAIVA, 2017, p. 52). Na peça, os mortos podem ser identificados como os grupos invisibilizados, e o debate público vivenciado no auditório se aproxima de um mecanismo potencialmente capaz de solucionar esse “conflito”.

No sistema republicano, certamente existe uma disputa entre partidos políticos por cargos de poder. No Brasil, vemos a emergência de um antipartidarismo sem precedentes. Nesse sentido, identificamos um imaginário antipartidarismo relacionado ao Partido dos Trabalhadores (PT), nas falas do Deputado, visto que ele disse errado o nome da presidenta, ao que parece de propósito, e atribui a essa figura pública um marco temporal no sentido de que “[...] desde Vilma... de Vilma Rousseff” (BARBOSA, 2018, p. 20) novas identidades ocuparam o cargo da presidência, sobretudo representantes de grupos minoritários. Com a inclusão dos necropolíticos no debate público, questiona-se a legitimidade de garantir direitos constitucionais a esses sujeitos, mas tendo em vista a atribuição de um marco temporal



pela personagem, entende-se que, após a presidenta, as relações políticas mudaram e se tornaram mais inclusivas. Mas até que ponto é inclusivo os mortos terem direitos políticos? E por que o Deputado associa essa mudança política principalmente a um ator específico, no caso, à presidenta “*Vilma*”?

Segundo Paiva, Krause e Lameirão, (2016, p. 639), isso parte “da compreensão da literatura especializada de que o eleitor que rejeita absolutamente um único partido específico se diferencia daquele que rejeita vários, ou todos”. Com essa afirmação, elas verificam que a literatura sobre identidade partidária negativa ou antipartidária manifesta-se no eleitor em uma espécie de lugar vazio, onde ele não se sente associado por nenhuma organização (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016). Na peça, a fala do Deputado “Essas pessoas eram pessoas vivas” (BARBOSA, 2018, p. 20) faz o movimento inverso, pois se opõe à inclusão política de um grupo específico, o dos necropolíticos. Nesse sentido, há um lugar de fala organizado. Mesmo assim, é simétrica ao argumento teórico na medida em que é possível associar esse discurso com o antipetismo. Ainda, como uma figura importante no debate público, tal qual o Deputado, pode dizer errado o nome da primeira presidenta no país, a não ser de forma proposital?

Além do espectro de antipetismo, notam-se no trecho aspectos machistas e sexistas, bem como de capacitismo, elementos presentes na história social brasileira. Fuks e Casalecchi (2019), ao discutir o conceito de competência política, argumentam que o cidadão tem, ou pelo menos deve ter, a capacidade de reconhecer e fazer escolhas políticas, assim como “tomar decisões que expressam suas preferências, dispensando um conhecimento 'enciclopédico'” (FUKS; CASALECCHI, 2019, p. 61). Os autores argumentam que “restringir o debate sobre os requisitos da cidadania democrática à capacidade do indivíduo tomar decisões políticas empobrece a compreensão da relação entre o conhecimento e o comportamento político” (FUKS; CASALECCHI, 2019, p. 62). Mas, e ao se pensar em um sujeito não humano? Um necropolítico tal qual aparece na narrativa de Marcos Barbosa? Teria esse sujeito a competência para se tornar um representante político? Para o Deputado, definitivamente, não. Mas ainda é preciso analisar outras perspectivas.

Antes disso, é necessário atentar-se ao fato de que Fuks e Casalecchi (2019, p. 63) estão trabalhando na expansão do conceito de conhecimentos para a competência política entre os eleitores. Por sua vez, estes atores podem ou não seguir uma tradição de escolha racional, noção ancorada à teoria de Anthony Downs (1957). Nesse sentido, as ideologias funcionam como um atalho informativo e de conhecimentos comuns, fazendo com que as ideias complexas se tornem sintéticas e de fácil acesso, a fim de fornecer mecanismos para diferenciar as opções políticas e facilitar a escolha. Contudo, em uma sociedade necropolítica, a quem interessa comandar o poder? Ainda, quais interesses os movimentos sociais teriam em manter os mortos no poder?

[...]



ATIVISTA. E é importante registrar que há empresas, sobretudo na área de bioenergia e de atenção psicossocial, a maior parte delas na Escandinávia, inclusive, que já são dirigidas por necropolíticos. E nem por isso elas deixam de ser empresas bem gerenciadas e rentáveis. Quando é o caso de serem voltadas ao lucro.

DEPUTADO. Essas pessoas estão lá, nas presidências dessas empresas, em caráter simbólico. É como antes estavam lá os quadros dos antigos chefes, as estátuas, os vídeos, os hologramas. Isso não configura uma presença, de fato, não são pessoas tomando decisões de gerência.

ATIVISTA. São pessoas plenamente capazes, tomando decisões de gerência.

DEPUTADO. Não são, não.

ATIVISTA. São sim.

DEPUTADO. Não são. São softwares de comunicação, ligados a material genético de um não vivo, um perenizado, um necropolítico, chame do que quiser, são softwares que geram respostas mais ou menos coerentes a partir de um banco de dados gravado por essas pessoas ainda em vida. Isso é um truque de cibernética detalhado mais de 100 anos atrás. Aliás, no final do século XX, já havia softwares que respondiam perguntas como se fossem John Lennon, só para lhe dar uma ideia.

HOST. A senhora pode esclarecer do que se trata o tão comentado procedimento de comunicação com necropolíticos pela linguagem através dos novos dispositivos?

PROFESSORA. Posso.

DEPUTADO. (corta) São um truque. As pessoas ficam maravilhadas com esses vídeos na internet, achando que estão vendo uma revolução, uma mudança de paradigma social, mas esses vídeos só estão lá para dar dinheiro a empresas de capital russo, coreano... Isso é passatempo de milionário. É truque.

PROFESSORA. Não são um truque, são padrões de comunicação profundamente complexos, profundamente humanos, que se estabelecem em uma interface digital conectada a material genético de indivíduos perenizados, perdão, indivíduos necropolíticos. Esses padrões evoluem com o tempo, de modo que é possível dialogar com essas pessoas e elas, como nós quatro aqui, têm questões, ideias, receios, senso de humor... Elas aprendem, como nós, elas esquecem, como nós. E, só para chegar à imagem do que o deputado lançou anteriormente, elas podem, eventualmente, candidatar-se e convencer uma maioria de votantes a votar nelas, conquistando democraticamente o posto de presidência da república. (Aplausos)
[...] (BARBOSA, 2018, p. 22).

Segundo a personagem Ativista, os necropolíticos são plenamente capazes de assumir um cargo de poder. Entretanto, ao pensarmos a questão exposta no *talk show*, deparamo-nos com um tipo de interação que deriva da nossa tradição histórica de manter as estruturas de poder sempre entre as “mesmas” (sic) elites. Nesse sentido, o experimentalismo, usado no conceito de *repertoire of contention*¹² de Charles Tilly (1992) aproxima-se do argumento deste artigo. Isto é, trata das escolhas realizadas por movimentos sociais pela inclusão social e busca por equidade. No caso da cena, conforme

¹² O *status quo* está relacionado a ordem dos fatos, das situações e das coisas, sobretudo, a ordem política vigente.



será observado mais à frente na análise, a Ativista, ao mobilizar uma ação individual inesperada, promove na verdade uma ação que tem um sentido coletivo, pois tem como finalidade garantir direitos aos sujeitos emergentes.

Tilly argumenta que quando ativistas decidem como organizar uma ação coletiva, eles a escolhem a partir de um portfólio finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política. Exemplos clássicos são as marchas, petições e barricadas. Apesar da escolha de como organizar ser profundamente influenciada por experiências passadas e normas sociais, atores constantemente modificam seu repertório de ação coletiva, experimentando e combinando diferentes práticas em novas formas de organizar, mobilizar apoio e expressar demandas (TILLY, 1992; TARROW, 2009; CLEMENS, 2010).

Neste caso, sugere-se que a atitude da Ativista é um exemplo distópico e de ruptura, pois, apesar de decidir individualmente como organizar uma ação coletiva para promover os direitos dos necropolíticos, ela opta por uma técnica não experimentada e inesperada. Nesse sentido, a personagem evidencia que, além das transformações computacionais e de biotecnologia que serão cada vez mais comuns, sua ação pode mudar definitivamente a forma como os regimes de representação serão performados, especificamente sobre os mortos. Por exemplo, a Professora pontua: pessoas necropolíticas que, “eventualmente, se candidatar[em] e convencer[em] uma maioria de votantes a votar nelas, conquistando democraticamente, o posto de presidência da república” (BABOSA, 2018, p. 23), constitui um processo legítimo. Sendo assim, a que ponto pode chegar o experimentalismo dos ativistas e dos movimentos sociais, e que rumos podem tomar as sociedades com necropolíticos no poder?

Conforme observa Ernesto Laclau (1986, online), os novos movimentos sociais na democracia têm sido caracterizados por uma progressiva politização da vida social: “(lembrem-se do slogan feminista: ‘o fator pessoal é fator político’); mas também é precisamente esse ponto que fez ruir a visão do político como um espaço fechado e homogêneo” (1986, online). Dessa forma, a politização da vida social contribuiria para a heterogeneização dos movimentos sociais e das pautas identitárias. Nesse cenário, de uma sociedade necropolítica, essas práticas seriam sempre nebulosas por causa das representações de interesse? Não obstante, quais as problemáticas envolvidas em um morto representar os vivos? Por fim, uma agenda sobre os necropolíticos estaria relacionada às novas demandas dos movimentos sociais?

No trecho a seguir, poderemos observar como a ação política da Ativista está diretamente ligada às pautas e agendas dos novos movimentos sociais. Ela se relaciona com vários níveis de sociedades e de representações de e para a sociedade, o que é construído social e reificado¹³ de tempos em tempos.

¹³ Esse social que produz fixidez, automatismo e passividade, a ponto do objeto perder sua autonomia



Mesmo assim, ao mesmo tempo pode culminar no que o autor chama de “representações de interesse”. Em uma sociedade necropolítica, isso faria com que “o político deixe de ser um nível do social, tornando-se uma dimensão presente, em maior ou menor escala, ao longo de toda a prática social” (LACLAU, 1986, online), uma razão ou uma causa da defesa dessa agenda.

[...]

DEPUTADO. A senhora sabe quanto o Estado investe, hoje, em “assistência necropolítica”?

ATIVISTA. Menos do que gasta com a assessoria dos deputados.
(Aplausos e risos)

DEPUTADO. Vou resumir. Nós quatro aqui somos o que? Vivos. Aí na plateia são todos vivos, pelo que eu estou vendo daqui, pelo menos. Eu duvido que algum de nós, por mais vinculado que seja a essa causa de necropolítica, sei lá o quê, eu duvido que alguém esteja disposto a trocar esse estado de vivo para ser perenizado, embalsamado, mumificado, sei lá. Se é tudo tão simples, tão igualitário, então por que nenhum ativista necropolítico se arrisca a virar voluntariamente um necropolítico? (poucos aplausos)

HOST. Nesse caso, deputado, eu acho que estamos diante de uma ocasião especial (à ativista), não é verdade?

ATIVISTA. É verdade, sim. Meu companheiro está aqui na plateia e nós combinamos que, a partir de hoje, seguiremos atuando como ativistas da necropolítica, mas que eu mesma passarei à condição de necropolítica, voluntariamente. É algo que quero fazer há algum tempo e, numa prova de amor, ele me apoiou neste projeto.

HOST. Onde ele está?

ATIVISTA. Ali, na plateia. (Acena) Eu iniciei um processo de interrupção assistida essa manhã e, em poucos minutos, eu estarei presente aqui não mais apenas como uma ativista da necropolítica, mas como uma necropolítica ativista.

HOST. E isso deve acontecer quando?

ATIVISTA. A qualquer instante. (Rumores e aplausos)

[...] (BARBOSA, 2018, p. 24).

Dessa forma, a Ativista, ao optar por inverter sua condição, isto é, deixar de ser uma ativista necropolítica para se tornar uma necropolítica ativista, coloca em evidência uma característica dos novos movimentos sociais, especificamente, a de tornar a agenda mais do que um nível do social, mas uma dimensão do presente. Inclusive, através dessa prática distópica, futurística e ciberpolítica de dar a vida para viver pelo movimento, literalmente, de “morrer pela causa”, a personagem poderia se tornar uma razão ou causa de defesa de interesse dessa agenda, visto que outras pessoas poderiam seguir seu exemplo.

As novas tecnologias, nesse sentido, poderiam propiciar novos mecanismos de interação entre sociedade e Estado, e mesmo serem adicionadas a “repertórios de interação” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014). Contudo, diferentemente do que Tilly (1992) argumentou anteriormente sobre inclusão social, essa não seria uma prática com legitimidade garantida,

e autoconsciência.



pois, ao que parece, a Ativista será a primeira pessoa a tirar sua própria vida como uma atitude política de empoderamento em busca de equidade para os necropolíticos.

Mesmo assim, as ações da plateia estão sempre direcionadas positivamente para os argumentos e ações da Ativista e da Professora que, por sua vez, defendem que os necropolíticos têm o direito de ter direitos simplesmente por serem seres capazes. Simultaneamente, influem negativamente nas respostas do Deputado, que argumenta o quanto isso soa estranho, de não aceitar a morte. O que ela quer com isso? Inverter os rituais fúnebres ou extingui-los? Adiante, o Deputado fica sem reação quando a Ativista revela que está em um processo de interrupção assistida, ou seja, irá se tornar uma necropolítica em pouco tempo, e ao vivo. Nesse contexto, ainda sobre as características dos movimentos sociais é que, “por um lado, torna-se cada vez mais impossível identificar o grupo, concebido como referente, com um sistema ordenado e coerente de ‘posições de sujeitos’” (LACLAU, 1986, online).

Outrossim, questiona-se: quem teria essa coragem para, literalmente, dar a própria vida pelo movimento político que defende? Não podemos inferir que essa escolha é apenas emocional, política ou mesmo ilícita. Não obstante, não cabe aqui discutir tais emoções, mas abrir espaço para a problematização dessa nova relação entre atores, Estado e sociedade civil. Dessa forma, o exercício de análise da peça de teatro contribui com o entendimento sobre as relações políticas e representações sociais. Por fim, poderiam os mortos ocupar os mesmos espaços que os vivos, envoltos em uma atmosfera sentimental e política de amor e cidadania?

5. Considerações finais

A fim de contribuir com novas possibilidades teórico-metodológicas para apreender o cotidiano, evidenciamos a análise da arte e de um objeto dramático na área das ciências humanas, especificamente uma cena da peça teatral Necropolítica. Com isso, rompemos com a linearidade do pensamento hegemônico em relação à morte em um tipo de produção de conhecimento possibilitado por novas práticas epistêmicas.

O necropolítico surge, então, como uma identidade política e ativista. O texto teatral, de Marcos Barbosa, torna evidentes as contradições de nosso tempo, de nossas escolhas e representações, bem como das relações políticas. Um morto no poder rompe totalmente com a noção de espaço-tempo. Em contraproposta, o pensamento crítico pode ser atemporal na medida em que produz reflexões e questões pertinentes para entender o passado, presente e futuro sem, com isso, colonizá-lo.

A colonialidade do pensamento e do saber engessa o fazer científico,



na medida em que reduz a possibilidade de utilizar a produção artística como relevante na produção do conhecimento acadêmico. Mesmo assim, a arte é uma forma de fazer política e entender que essas representações também fazem parte do saber científico. Não obstante, vemos como a literatura especializada sobre os novos movimentos sociais, repertórios de interação e de interesse podem ajudar a compreender os fenômenos sociais que envolvem disputas de saber e poder, inclusive no texto teatral.

Este exercício não tem interesse de criar nenhuma teoria da conspiração, sobretudo em um momento de pandemia. Mesmo assim, denuncia-se a negligência estatal a partir da noção de que os Estados utilizam diversos mecanismos para exterminar as populações, mormente, as marginalizadas e despossuídas de tudo que lhes é garantido constitucionalmente. Estas são as que mais estão sofrendo os efeitos da atual crise e continuam vivendo e vendo seus mortos irem embora sem condições dignas. O Estado, despreparado, mostra-se inerte no que se refere à criação de políticas públicas para esse problema funerário, médico sanitário e social. Não obstante, ao que aparenta, o debate público em relação à morte traz à tona a morte da democracia.

Contudo, diante da análise da peça, tornou-se evidente que os mortos, em um futuro distópico, podem assumir lugares de poder na “democracia”. Dessa forma, cria-se a seguinte contradição: em uma sociedade governada por um sujeito não humano, especificamente um necropolítico, isso poderia tornar a morte um privilégio, e mesmo retirar a liberdade e a autonomia das pessoas vivas, bem como a garantia do direito fundamental à vida, um dos paradigmas do Estado de Direito. Sendo assim, o que pode ser inferido é que um governo que incentiva a morte social e política dos humanos e a morte enquanto um movimento social é incompatível com uma democracia.

No contexto democrático, ter um necropolítico no poder seria uma extrema oposição ao modelo ao qual estamos acostumados, do sistema dos vivos, e não traria a princípio nenhuma contribuição positiva para esse tipo de regime político. Ainda, a subversão do medo iminente da morte através do empoderamento dos sujeitos mortos que emergem como identidades políticas revela que o mais terrível no enredo de Necropolítica seria temer que, talvez, mais tecnológica e “inclusiva”, a democracia pode tornar-se apenas uma representação insípida e não uma prática política de proteção à vida humana. Por fim, ainda nos resta a questão: o quanto a representação de mortos no poder ameaça os direitos e a autonomia dos vivos?

Referências bibliográficas

IV Mostra de Dramaturgia em pequenos formatos cênicos do CCSP. São Paulo: Laboratório Gráfico do CCSP, 2018, ISBN: 978-85- 99954-18-8. Prefixo Editorial: 99954 | Número ISBN: 978-85-99954-18-8 | Título: Necropolítica.



Tipo de Suporte: Papel | Edição mundana companhia | Capa Sosso Parma (foto).

ALVES, Vinícius Silva; PAIVA, Denise. Presidencialismo de coalizão no Brasil: mapeamento do debate e apontamentos para uma nova agenda de pesquisa. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 4, n. 6, p.50-63, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/128386/0>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

BARBOSA, Marcos. Talk Show. In: **Necropolítica**. São Paulo: Laboratório Gráfico do CCSP, 2018, p. 17-25, ISBN: 978-85- 99954-18-8.

CAMARGO, Robson Corrêa de. **O Espetáculo de Melodrama**: arquétipos e paradigmas. 2005. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: http://dedalus.usp.br/F/2QXMXQ833EMMMX3KVLITT3VBXFSC22NTFKPD87SM96SY92U15F-26305?func=direct&doc%5Fnumber=001465676&ds_handle=GUEST Acesso em: 27 de setembro de 2021.

CAMARGO, Robson Corrêa de. Poética em Fragmentos: Aristóteles, o espetáculo e seus duplos. In: **VI CONGRESSO DA ABRACE – UNESP**. São Paulo. 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/379112/Po%C3%A9tica_em_Fragmentos_Arist%C3%B3teles_o_espet%C3%A1culo_e_seus_duplos_Poetic_in_Fragments_Aristotle_the_performance_and_theirs_doubles_VI_Congresso_da_Abrace_UNESP_S%C3%A3o_Paulo_2010. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

CARDOSO, Vera Alice. A invenção e as reinvenções da democracia. In: MENDONÇA, Ricardo; CUNHA, Eleonora. **Introdução à teoria democrática**: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 49-70, 2018.

CLEMENS, Elisabeth. (2010), “Repertórios Organizacionais e Mudança Institucional: Grupos de Mulheres e a Transformação na Política dos Estados Unidos”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 3, pp. 161-218. In: ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

DOWNS, A. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Row



Publishers. 1957.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel. Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 61-74, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782018000400061&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

G1. Egito faz parada pública com múmias do século 16 A.C. que serão transferidas de museu. [S.l.], 3 de abril de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2021/04/03/egito-faz-uma-parada-com-mumias-do-seculo-16-ac-que-serao-transferidas-de-museu.ghtml>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

GOMES, Laurentino. O Massacre. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. São Paulo: Editora Globo, v. 1, 2019.

HALL, Stuart. El espectáculo del otro. **Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Equador, Editora Corporación Editorial Nacional, v. 1, p. 431-457, 2010.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano** / organização e tradução Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. – (Mimo), p. 39.

LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1. n. 2., 1986. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/235-rbcs-02#:~:text=Os%20Novos%20Movimentos%20Sociais%20e%20a%20Pluralidade%20do%20Social,-0%20artigo%20sugere&text=Para%20dar%20conta%20dessas%20novas,vis%C3%A3o%20menos%20determinista%20da%20hist%C3%B3ria>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

MARTIN, Gabriela. Os rituais fúnebres na pré história do Nordeste. In: **VII REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB**. João Pessoa, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cliarqueologica/article/view/247124>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

MBEMBE. Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios** Revista do PPGAV/EBA/



UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32. pg. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762016000300638&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias. **Lua Nova**, v. 40, n. 41, p. 113-135, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451997000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

SANTOS, Valmir. Uma dor assim pungente. In: SANTOS, Valmir. **Teatrojornal - Leituras de Cena**. São Paulo, 27/10/2017. Disponível em: <http://teatrojornal.com.br/2017/10/uma-dor-assim-pungente/>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

TARROW, Sidney. (2009), Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis, Vozes. In: ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

TILLY, Charles. (1992), How to Detect, Describe, and Explain Repertoires of Contention. Mimeo. In: ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

Como citar este artigo:

AFONSO, Tiago Fernando; PAVAN, Matheus Pierre. MORTOS NO PODER: poderiam sujeitos Não Humanos nos representar? **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 10, n.1, p. 117-138, jan./jun. 2021.



ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/10121.704>

Data de submissão do artigo: 10/04/2021

Data da decisão editorial: 23/06/2021